



ARM - TRABALHO COLETIVO, 1997, SEM TÍTULO, ACRÍLICA S/ PAPEL

## PONTO CRÍTICO

# Trabalho em Krisis

Trabalho e emprego têm sido objeto de intensa discussão entre empresários, autoridades de governo e pesquisadores. Entre as diversas correntes de pensamento, uma destaca-se pela originalidade. Tal corrente, de verve crítica, advoga que o trabalho se tornou um deus pagão, e que sua centralidade na vida das pessoas deve ser questionada, revista e, talvez, abolida. Essa é a postura do grupo alemão formado em torno da revista *Krisis*, cujo expoente mais popular é o filósofo Robert Kurz.

compilado por **Pedro Fernando Bendassolli** USP

O grupo *Krisis*, como é chamado, vem, desde o final dos anos 1970, desenvolvendo uma crítica radical à sociedade moderna e a seus fetiches. Lançado recentemente, o livro *Manifesto contra o trabalho* (Conrad Editora, 2003) é mais uma provoca-

ção desse grupo de pensadores alemães. No livro, de indiscutível inspiração marxista, os autores procuram destruir o mito de que “o trabalho dignifica o homem”. Para discutir dois capítulos da obra, a *RAE-executivo* convidou duas professoras da FGV-EAESP:

Maria Éster de Freitas e Maria Irene Stocco Betiol.

No primeiro capítulo aqui reproduzido, é argumentado que o trabalho chegou a seu limite histórico com a revolução microeletrônica, pois a tecnologia está racionalizando uma

parcela muito grande do trabalho, tornando-o supérfluo ou mesmo desnecessário. Comentando esse argumento, Maria Éster de Freitas observa que, na verdade, não é o trabalho que está em crise, mas sim o emprego, e que, apesar da tecnologia, continuamos trabalhando cada vez mais.

No segundo capítulo selecionado, os autores comentam que, historicamente, o espaço das mulheres é definido pela esfera privada, na qual trabalham de forma não remunerada e subalterna. Quando entram para o mercado de trabalho, no lugar da liberdade, encontram uma duplicação de sua condição – ao

mesmo tempo assalariada e “dona do lar”. Comentando o capítulo, Maria Irene Stocco Betiol destaca que nunca, na história, a cidadania feminina foi uma preocupação da sociedade patriarcal, e que, no âmbito privado, as mulheres trabalham desde épocas em que havia uma indiferença em relação ao trabalho.

## A crise do trabalho

Após a Segunda Guerra Mundial, por um curto momento histórico pôde parecer que a sociedade do trabalho nas indústrias fordistas tivesse se consolidado em um sistema de “prosperidade eterna”, no qual a insuportabilidade do fim em si coercitivo tivesse sido pacificada duradouramente pelo consumo de massas e pelo Estado Social. Apesar de essa idéia sempre ter sido “hilótica” e democrática, que só se referiria a uma pequena minoria da população mundial, nos centros ela também necessariamente fracassou. Na terceira revolução industrial da microeletrônica, a sociedade mundial do trabalho alcança seu limite histórico absoluto.

Era logicamente previsível que esse limite seria alcançado mais cedo ou mais tarde, pois o sistema produtor de mercadorias sofre, desde seu nascimento, de uma autocontradição incurável. De um lado, ele vive do fato de sugar maciçamente energia humana por meio do gasto de trabalho para sua maquinaria: quanto mais, melhor. De outro, contudo, impõe, pela lei da concorrência empresarial, um aumento de produtividade, no qual a força de trabalho humano é substituída por capital objetivado “cientificizado”.

Essa autocontradição já foi a causa profunda de todas as crises anteriores, entre elas a desastrosa crise econômica mundial de 1929-33. Porém, essas crises podiam sempre ser superadas por um mecanismo de compensação: em um nível cada vez mais elevado de produtividade, foi absorvido em termos absolutos – após um certo tempo de incubação e por meio da ampliação de mercados, que integrou novas camadas de consumidores – mais trabalho do que aquele anteriormente racionalizado. Reduziu-se o dispêndio de força de trabalho por produto, mas foram produzidos em termos absolutos mais produtos, de modo que a redução pôde ser

compensada. Enquanto as inovações de produtos superaram as inovações de processos, a autocontradição do sistema pôde ser traduzida em um movimento de expansão. O exemplo histórico de destaque é o automóvel: por meio da esteira e outras técnicas de racionalização da “ciência do trabalho” (primeiramente na fábrica de Henry Ford, em Detroit), reduziu-se o tempo de trabalho para cada automóvel em uma fração. Simultaneamente, o trabalho intensificou-se de maneira gigantesca, isto é, no mesmo intervalo de tempo foi absorvido material humano de forma multiplicada. Principalmente o automóvel, até então um produto de luxo para a alta sociedade, pôde ser incluído no consumo de massa por seu conseqüente barateamento.

Dessa maneira, apesar da racionalização da produção em série na segunda revolução industrial do fordismo, a fome insaciável do deus-trabalho por energia humana foi satisfeita em nível superior. Ao mesmo tempo, o automóvel é um exemplo central para o caráter destrutivo do modo de produção e consumo altamente desenvolvido da sociedade do trabalho. No interesse de produção em massa de automóveis e de transporte individual em massa, a paisagem é asfaltada, impermeabilizada e torna-se feia, o meio ambiente é empestado, e aceita-se, de maneira resignada, que nas estradas mundiais, ano após ano, seja desencadeada uma terceira guerra mundial não declarada, com milhões de mortos e mutilados.

Na terceira revolução industrial da microeletrônica finda o mecanismo de compensação pela expansão, até então vigente. É verdade que, obviamente, por meio da microeletrônica muitos produtos também são barateados e novos são criados, principalmente na esfera da mídia. Mas, pela

primeira vez, a velocidade de inovação do processo ultrapassa a velocidade de inovação do produto. Pela primeira vez, mais trabalho é racionalizado do que o que pode ser reabsorvido pela expansão dos mercados. Na continuação lógica da racionalização, a robótica eletrônica substitui a energia humana, ou as novas tecnologias de comunicação tornam o trabalho supérfluo. Setores inteiros da construção civil, da produção, do marketing, do armazenamento, da distribuição e mesmo do gerenciamento são excluídos. Pela primeira vez o deus-trabalho submete-se, involuntariamente, a uma razão de fome permanente. Com isso, provoca sua própria morte.

Uma vez que a sociedade democrática do trabalho é um sistema de fim em si mesmo, amadurecido e que se retroalimenta, não é possível dentro de suas formas uma alteração para uma redução da jornada geral. A racionalidade empresarial exige que massas cada vez maiores tornem-se “desempregadas” permanentemente e assim sejam cortadas da reprodução de sua vida imanente ao sistema. De outro lado, um número cada vez mais reduzido de “ocupados” é

submetido a uma caça cada vez maior de trabalho e eficiência. Mesmo nos centros capitalistas, no meio da riqueza, voltam a pobreza e a fome; meios de produção e áreas agrícolas intactos ficam maciçamente em “pousio”; habitações e prédios públicos ficam maciçamente vazios, enquanto o número de sem-teto cresce incessantemente.

O capitalismo torna-se um espetáculo global para minorias. Em seu desespero, o deus-trabalho agonizante tornou-se canibal de si mesmo. Em busca de sobras para alimentar o trabalho, o capital dinamita os limites da economia nacional e globaliza-se em uma concorrência nômade de repressão. Regiões mundiais inteiras são cortadas dos fluxos globais de capital e mercadorias. Em uma onda de fusões e “integrações não amistosas” sem precedentes históricos, os trustes prepararam-se para a última batalha da economia empresarial. Estados e nações desorganizados implodem, as populações empurradas para a loucura da concorrência pela sobrevivência assaltam-se em guerras étnicas de bandos.

Por Grupo Krisis

## O trabalho vai bem

por Maria Ester de Freitas

A crise é do trabalho ou é do emprego? Entre os dois conceitos existe uma diferença essencial que convém esclarecer: o trabalho é a atividade exercida, realizada; o emprego é o posto, a ocupação profissional.

A confusão comum entre os dois conceitos gera uma outra, relacionada à questão: é possível existir trabalho sem emprego? Para essa pergunta a resposta é sim, e não faltam evidências: temos aí um monte de máquinas substituindo energia humana

e realizando o trabalho pesado.

Os ciclos de inovação tecnológica são cada vez mais curtos, o que significa mudança constante nos patamares de produtividade. A visão de um mundo tecnológico, que libere o homem do trabalho pesado para o gozo da vida, sempre foi uma utopia que parece desafiar a capacidade criadora do homem. Porém, quanto mais pensa que se emancipa, mais o homem cria instrumentos para seu próprio controle.

Certamente existe uma grave crise na criação de novos empregos e na manutenção dos já exis-

tentes. Imaginou-se que a redução dos postos de trabalho na indústria seria compensada pela criação de novos postos derivados da expansão do setor de serviços. No entanto, isso não ocorreu. É verdade que surgiram saberes e profissões novas, mas, numericamente, não houve compensação, e nem mesmo os parcos aumentos demográficos foram atendidos.

Nesse contexto de mudanças, o trabalho vai muito bem: mais sofisticado, mais qualificado, mais exigente e mais criativo. Por outro lado, o emprego vai de mal a pior: escasso, mal remunerado, inseguro, ameaçado e volátil. Enquanto isso, continuamos a sonhar com um admirável mundo novo, onde alfas e gamas possam ser felizes com o que fazem, mas às custas de outros.

**Em busca de sobras para alimentar o trabalho, o capital dinamita os limites da economia nacional e globaliza-se em uma concorrência nômade de repressão.**

## O trabalho é domínio patriarcal

Mesmo que a lógica do trabalho e de sua transformação em matéria-dinheiro insista, nem todas as esferas sociais e atividades necessárias deixam-se embutir, sob pressão, na esfera do tempo abstrato. Por isso, surgiu junto à esfera “separada” do trabalho, de certa forma como seu avesso, também a esfera privada doméstica, da família e da intimidade.

Nessa esfera definida como “feminina” restam as atividades numerosas e recorrentes da vida cotidiana que não podem ser, com algumas exceções, transformadas em dinheiro: da faxina à cozinha, passando pela educação das crianças e a assistência aos idosos, até o “trabalho de amor” da dona de casa típica ideal, que reconstrói seu marido trabalhador esgotado e que lhe permite “abastecer seus sentimentos”. A esfera da intimidade, como avesso do trabalho, é declarada pela ideologia burguesa da família como o refúgio da “vida autêntica” – mesmo se, na realidade, ela é, antes, um inferno da intimidade. Trata-se não de uma esfera de vida melhor e verdadeira, mas de uma forma de existência tão reduzida quanto limitada, só que com os sinais invertidos. Essa esfera é ela própria um produto do trabalho, cindida dele, mas só existente em relação a ele. Sem o espaço social cindido das formas de atividade “femininas”, a sociedade do trabalho nunca poderia ter funcionado. Esse espaço é seu pressuposto silencioso e, ao mesmo tempo, seu resultado é específico.

Isso vale também para os estereótipos sexuais que foram generalizados no decorrer do desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias. Não é por acaso que se fortaleceu o preconceito em massa da imagem da mulher dirigida irracional e emocionalmente, natural e impulsivamente, ao lado da imagem do homem trabalhador, produtor de cultura, racional e autocontrolado. E também não é por acaso que o auto-adestramento do homem branco para as exigências insolentes do trabalho e para sua administração humana estatal foi acompanhado por seculares e enfurecidas “caças às bruxas”. Simultaneamente a estas, inicia-se a apropriação do mundo pelas ciências naturais, desde já contaminadas em suas raízes pelo fim em si mesmo da sociedade do trabalho e pelas atribuições de gênero. Dessa maneira, o homem branco, para poder “funcionar” sem atrito,

expulsou de si mesmo todos os sentimentos e necessidades emocionais que, no reino do trabalho, só contam como fatores de perturbação.

No século XX, em especial nas democracias fordistas do pós-guerra, as mulheres foram cada vez mais integradas ao sistema de trabalho, mas o resultado disso foi apenas a consciência feminina esquizóide. Pois, de um lado, o avanço das mulheres na esfera de trabalho não poderia trazer nenhuma libertação, mas apenas o mesmo ajuste ao deus-trabalho que traz aos homens. De outro lado, persistiu incólume a estrutura de “cisão”, e assim também as esferas das atividades ditas “femininas”, externas ao trabalho oficial. As mulheres foram submetidas, assim, à carga dupla e, ao mesmo tempo, expostas a imperativos sociais totalmente antagônicos. Dentro da esfera do trabalho, elas ficaram até hoje, em sua grande maioria, em posições mal pagas e subalternas.

Nenhuma luta por cotas para mulheres e oportunidades de carreira femininas inerentes ao sistema pode mudar algo disso. A visão burguesa miserável de “unificação da profissão e família” deixa totalmente intocada a separação de esferas do sistema produtor de mercadorias, e com isso também a estrutura de “cisão” de gênero. Para a maioria das mulheres, essa perspectiva é inimaginável; para a minoria daquelas que “ganham melhor”, ela torna-se uma posição pérfida de ganhador no *apartheid* social, na medida em que se pode delegar o trabalho doméstico e a criação dos filhos a empregadas mal pagas – “obviamente”, mulheres.

Na sociedade como um todo, a sagrada esfera burguesa da assim chamada vida privada e da família é, na verdade, cada vez mais minada e degradada, porque a usurpação da sociedade do trabalho exige da pessoa inteira o sacrifício completo, a mobilidade e a adaptação temporal total. O patriarcado não é abolido, mas passa por um asselvajamento na crise inconfessa da sociedade do trabalho. Na mesma medida em que o sistema produtor de mercadorias entra em colapso, as mulheres tornam-se responsáveis pela sobrevivência em todos os níveis, enquanto o mundo “masculino” prolonga as categorias da sociedade do trabalho de maneira simulada.

por Grupo Krisis

## A encruzilhada feminina por Maria Irene Stocco Betiol

Não é difícil concordar com os autores, de que parte significativa da sociedade vive subjugada no mundo atual do trabalho, caracterizado por atividades, em sua maioria, desprovidas de sentido, coativas, desgastantes e sem reconhecimento social. Igualmente fácil é concordar com o “inferno da intimidade”, que a ideologia social do “refúgio da vida autêntica” tentou, ao longo dos séculos, impor às mulheres.

Por outro lado, é questionável a afirmação de que a esfera doméstica, com tarefas inegavelmente fundamentais para o coletivo social, apesar da quase ausência de reconhecimento e de ser atribuída às mulheres, seja decorrente, e ao mesmo tempo o alimento, das atuais formas com que se reveste o trabalho. Sabemos, desde a Antiguidade, que a questão da cidadania feminina nunca foi preocupação da sociedade patriarcal.

Nas sociedades romanas desenvolvidas (século I a.C.), os valores reconhecidos e afirmados eram a conquista, o direito e a cultura. O valor dominante era o *otium* e a exclusão radical do trabalho. O cidadão livre – entenda-se aqui o homem – deveria consagrar seu tempo à cultura, a jogos, política, informações, discursos, encontros com amigos e à guerra; em suma, atividades do mundo público. O trabalho não era denominado *labor*, mas *neg-otium*, ou seja, relacionava-se a atividades para escravos, mulheres, e não se destinava a cidadãos romanos livres.

Já na Atenas dos séculos VI e V a.C., as atividades socialmente aceitas para os homens eram os jogos de guerra e para as mulheres era o trabalho, tal como ilustram as imagens de fiandeiras da época. Assim, as mulheres trabalham desde uma época em que havia indiferença em relação ao trabalho.

Hoje, o trabalho é um engodo para todos, sem distinção. Porém, a situação é ainda mais dramática para as mulheres: um mundo sem trabalho as deixaria com qual alternativa em uma sociedade patriarcal? A volta ao gineceu?

O trabalho no mundo público, com todas as suas limitações, é hoje, para as mulheres, uma transgressão libertadora, pois, como afirma o an-

tropólogo Roberto DaMatta, a casa é o “local onde o tempo não passa e a história raramente bate à porta”.

**Pedro Fernando Bendassolli**  
Prof. de Psicologia da Universidade Paulista  
Doutorando em Psicologia Social na USP  
E-mail: pedrofernando@terra.com.br

**Maria Ester de Freitas**  
Profa. do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da FGV-EAESP  
Doutora em Administração pela FGV-EAESP  
E-mail: mfreitas@fgvsp.br

**Maria Irene Stocco Betiol**  
Profa. do Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da FGV-EAESP  
Doutora em psicologia pela PUC-SP  
E-mail: misbetiol@fgvsp.br

